

A BATALHA

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
 LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
 Oficinas de Impressão e Estereotipia
 RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devolvem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

Director interino: JOAQUIM DE SOUSA
 Editor: CARLOS MARIA COELHO
 Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
 Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
 Assinaturas: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9\$50; Província, 3 meses 28\$50; África Portuguesa, 6 meses 66\$00; Estrangeiro, 6 meses 102\$00
 PAGAMENTO ADIANTADO

PREÇO 80 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2416 DIÁRIO DA MANHÃ PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA SÁBADO, 16 DE OUTUBRO DE 1925

O feroz ódio do capitalismo às oito horas de trabalho

O comércio, ou melhor, o patronato nunca pôde levar à paciência que os trabalhadores, à força de sacrificios ingentes, alcançassem para a sua pretensão de só trabalharem cotidianamente oito horas um triunfo tão grande que o Estado fôsse forçado a inscrever essa reivindicação nas suas leis.

Aproveita todos os ensejos para denegrir essa humana regalia que, segundo o seu estreito critério, afecta a economia do país.

Ainda anteontem esse ódio patronal à regalia das oito horas de trabalho explodiu numa reunião da Associação Comercial dos Lojistas.

Referia-se ao caso o *Diário de Notícias* no seu extracto concebido nestes termos:

O sr. Eduardo Maria Rodrigues fez a seguir a leitura dum extenso documento relatando os trabalhos da direcção.

Referiu-se ao conflito com o director geral da pecuária sobre a questão da margarina.

Outro incidente se suscitou com o director geral interino das Alfândegas.

Destaca-se nesse documento o encarecimento do custo da vida, nos últimos dois meses. E atribui-se a causa de tal facto à instabilidade política, ao horário de trabalho e ao aumento das pautas aduaneiras.

Quanto ao horário de trabalho diz-se nesse relatório que não pode haver produção que baste, se a mão de obra for diminuta, e não se compreende que o seja num país desfalçado e exaustão, à beira de um esgotamento diante de todos os produtos indispensáveis à sua vida normal e colectiva.

Entende-se, pois, que se deve abolir o regime nefasto das 8 horas de trabalho, dando a todo o homem a liberdade de produzir o que em suas forças caiba, respeitando-se-lhe o salário remunerador, não já no que se refere às necessidades, mas ainda em relação ao esforço dispendido.

Estes homens que julgam que as leis de economia política se subordinam às leis do seu interesse particular, entendem que, neste momento em que o trabalho escasseia, não por culpa dos operários mas por erros

das administrações do Estado capitalista, deve ser abolida o regime das oito horas.

E' preciso trabalhar muito—dizem—porque o país luta com a fome. Mas trabalhar muito, segundo o ponto de vista do patronato, é trabalhar muito para ele e não para a colectividade. Acaso o aumento de horas de trabalho solucionaria a crise de trabalho? Não! Apenas sobrecarregaria os que ainda têm trabalho deixando os desempregados na mesma situação aflitiva. Daí resultaria apenas um prejuizo social, visto que a colectividade—quando é o patronato—sentiria o peso de maiores sacrificios, seria lesada no trabalho exaustivo de uns e no desemprego de outros.

Nós também somos de opinião de que é preciso trabalhar mais, trabalhar muito. Mas que o trabalho seja distribuído equitativamente por todo o povo trabalhador, única maneira de torná-lo colectivamente aproveitável.

Como, porém, o patronato deseja a intensificação da produção seria uma burla porque longe de aproveitar o país com esse labor excessivo só os patrões em particular lhe sentiriam os benefícios feitos.

Se houvesse maior largueza de vistas na apreciação destes assuntos económicos e sociais, neste momento de crise, o trabalho seria rateado por todos, embora diminuisse o número de horas de labor para cada operário. Assim estaria certo.

E o capitalismo é tão tacanho de inteligência que não compreende que, sendo o operário consumidor ao mesmo tempo que produtor, a sua capacidade de consumo aumentaria se não houvesse desempregados. O seu interesse, portanto, aumentaria na razão inversa da diminuição de operários sem trabalho.

Porque encarece o peixe? O armador sr. Sebastião Cristovão diz à "Batalha" que o principal motivo da elevação do preço do peixe reside na falta de um cais acostável que a Câmara Municipal poderia conseguir

A escassez do peixe e o seu encarecimento concitarão contra os armadores do peixe as iras da população. Quando a varina chega à porta do cidadão e por uma pequena marmota lhe pede o correspondente a um dia de trabalho alegando que há falta de peixe e que o que existe custa bom dinheiro, logo pela mente do consumidor perpassa uma onda de indignação contra o armador.

Ultimamente, dando crédito a esses informes que recebemos de fonte autorizada, publicamos um artigo em que nos referíamos ao açambarcamento de peixe feito pela Sociedade Commercial de Pescarias. Dias depois, da Associação dos Descarregadores de Mar e Terra, publicamos um largo comunicado em que eram apontadas as causas do encarecimento do peixe, encontrando-se no número dessas causas o açambarcamento do peixe por parte dos armadores e a falta dum cais acostável onde se podesse descarregar o pescado de alguns barcos.

Não estava convenientemente esclarecido o caso. Falava, pelo menos, ouvir a opinião de um armador, visto que os armadores estavam em causa.

Nesse propósito dirigimo-nos ontem ao Frigorifico de Santos. Ali encontramos, num dos seus armazens, o sr. Sebastião Cristovão, um dos armadores visados pelos comentários da população.

O sr. Sebastião Cristovão é o que se chama, em gíria marítima, um práctico. Conhece como poucos o seu *metier* e fala sobre qualquer assunto de pesca com uma grande facilidade, numa linguagem rude, mas cheia de filosofia.

Quando lhe dissemos ao que iam os sr. Cristovão egueu-se da cadeira de balçoço em que se encontrava sentado, e teve a seguinte exclamação:

—Ainda bem que eu vejo um jornal a interessar-se pela questão do peixe. Este é um assunto muito delicado que é preciso tratar com olhos de ver. Não peço benevolência para os armadores, mas quero que se lhes faça justiça.

—E' para isso que aqui viemos. Nunca negamos justiça a quem dela é merecedor—retorquimos ao nosso entrevistado.

E o sr. Cristovão, num a vontade agradável, vai-nos dizendo que ali fora, junto ao cais, ele poderá explicar os seus pontos de vista.

Sempre seguindo o nosso entrevistado chegámos ao Cais da Viscondessa. Foi aqui onde se reatou a entrevista com a seguinte frase:

—Durante uma temporada, neste cais descarregavam quatro barcos. Por razões estranhas a Câmara, que já tinha anulado essa ordem, autorizou que as fragatas do lixo, fizessem aqui os seus carregamentos. Por esse motivo hoje descarregam apenas três barcos: um num lado onde se fazem os carregamentos de lixo, e dois neste outro lado.

—E é por esse motivo que escasseia o peixe?

—Epera, porque ainda não concluí—atallou na mesma inflexão de voz o nosso entrevistado.

E depois prosseguindo:

—O carregamento de três barcos é insuficiente para o consumo. Logo a escassez tem na falta de um cais a sua razão directa.

—Qual a razão do açambarcamento do peixe?

—Também já-lá vamos. Não é bem de açambarcamento que se trata.

E a explicação não tarda:

—Como não podem descarregar mais do que três barcos, nos outros que se conservam ao largo fica retido o peixe, que na maioria dos casos apodrece. Só poderia considerar-se açambarcamento se fosse propositado o gesto dos armadores. Assim não!

—Qual é a solução para o caso?

—O sr. Cristovão convidava-nos a subir a uma pequena escada de mão que se apoiava num poste erguido naquele cais e depois de feita esta ascensão, diz-nos:

—A Câmara poderia adquirir todo o cais e os barracões que pertencem à Exploração do Porto de Lisboa que o senhor avistou do alto daquela escada, e já seria possível descarregar cinco barcos de peixe, número suficiente para o consumo. Prosseguindo na sua exposição:

—Então, o peixe que hoje apodrece ao largo poderia ser descarregado e sobre os armadores já não cairia o labéu de açambarcadores.

—Alguma-se-lhe que não haveria açambarcamento, criado um cais acostável?—inquirimos do nosso entrevistado.

—Não lhe posso responder. O que lhe digo é que se houvesse açambarcamento as autoridades tinham todo o direito de proceder para com os delinquentes e proceder severamente.

Quisemos depois ouvir a opinião do nosso interlocutor sobre a possibilidade ou não da Câmara aceitar o seu alvitre. E o sr. Cristovão com grande calor declarou-nos:

—Sempre que é de utilidade pública para o alargamento de uma rua a demolição dum prédio, a Câmara ordena essa demolição. Logo, sendo de utilidade pública a aquisição, daqueles barracões e daquele cais não me parece que possa haver outro critério da parte de quem superintende no assunto.

E a fechar a entrevista:

—Enquanto não se proceder segundo o meu alvitre, o público continuará privado do peixe porque não há cais para descarregar todo o que chega. E havendo escassez de peixe há a concomitante elevação do seu preço.

—Pode mesmo publicar o meu nome, dizer que sou eu que tenho essa opinião, porque eu não me calo?—concluiu o nosso amável entrevistado.

Paladino da Linguagem Uma inesperada aula de primeiras letras por um método rato-nacional

O sr. Lógico Estoy revela aos redactores de "A Batalha" as maravilhas da máxima simplificação da ortografia e promete continuar

—O sr. redactor...
 —Faz favor...
 —Já não me conhece?
 —Palavro... tenho uma ideia...
 —Sou o Lógico...
 —Ah! Perfeitamente... Aqui tem uma cadeirinha. Disponha e exponha...
 Borborinho no soalho. Troca de cumprimentos. E o nosso visitante, modestamente: —Chamo-me, ao todo, João Lógico Estoy de Sousa Reis, autor autentico do *Metodo Lógico*, ou melhor e mais simplificado: *Cartilha Nato-Racional*. Escrevi um metodo que eu próprio engenhei, e cuja simplicidade a experiencia confirmará, estou certo disso, porque o ensino será acelerado em que possa haver receio de atropelamento da linguagem. Ora, aqui tem, se ainda não teve, um exemplar do meu metodo, e peço ao sr. redactor que o trate com a devida consideração.

Metido o metodo entre os nossos papeis, tornou o sr. Lógico Estoy:

—Fui discipulo de João de Deus e dele recebi diploma de leccionador da sua cartilha. Agora, sou um apóstolo silencioso, pratico e proveitoso das primeiras letras, e ando na guerra santa ao analfabetismo, porque não saber ler é envergonhar o genero humano e escarnecer deste século XX, que ainda vai na sua mocidade.

—Muito bem...
 —Oíça? Com persistência escrevi a *cartilha nato-racional*, cujo titulo mostra de baixo de todas as luzes a simplicidade do *metodo lógico*, dando rapidez ao ensino e à aprendizagem.

—O processo...
 —Mas oíça. As lições estão graduadas em harmonia com o seguimento das inflexões dos órgãos da boca, a começar de fora para dentro, até à garganta.

—A' maneira inglesa...
 —Não me interrompa. As sílabas e as palavras são compostas pela forma mais simples que se pode imaginar, elidindo as letras superflúas nos vocábulos em que o costume tradicional as tem conservado sem valor, devendo cada letra representar só uma modalidade da pronúncia, formando assim uma ortografia simplificada, que não deixa de ser útil e necessária aos iniciados nos rudimentos de leitura e escrita e aos leccionistas.

—A percentagem dos analfabetos...
 —Escute, se quer ouvir. Pedi a opinião de ilustrados pedagogos...
 —E responderam...
 —Com o mais compacto e substancioso mutismo.

—Ignorantes...

—Oíça, não me diga nada. Eles eram amantes do progresso do aperfeiçoamento...
 —E são adúlteros...
 —Oh! Sr. redactor, oíça... Saiba que da discussão nasce a luz cerebral, e porisso é que estou disposto a corresponder com ponderada discussão sobre os pontos em que por acaso, e só por acaso, estejam em desacôrdo, pois no meu metodo lógico não deixarei de fazer as modificações necessárias no sentido progressivo do aperfeiçoamento.

—Atitude...
 —Oíça...
 —Já não quero ouvir...
 —Então... então, se não quer ouvir, vai ler. Leia, sr. redactor...
 E o método espalhou-se na nossa secretaria sem illustração; abriam-se febrilmente as suas páginas; e nós fomos lendo inconscientemente...

—Um ónem amou a mãe em maio...
 A Mimi bobou o bibe bom... O papão papou a papa... O Fábão foi a Bombaim... O povo da Póvoa foi à uva e à lava em Pavia... O Damião é um doído e um bom ónem... O Temboé tem um pato e uma fêmea do pato... O Fábão Salgado tem muito boa batata doce *asada*... A Tomázia *pasa* bem, *paseia* muito e tem azia... A pinha tem muito pinhão falido...
 —Aqui é que o sr. é lógico...
 —Mas leia mais...
 E nós restámos a leitura:
 —A *onra* é uma virtude e muita *jente* a despreza... O bom *queijo* é feito de bom e puro leite... O *asambarcador* pela violência é um malfector...
 —Chega-lhe, camarada—gritámos involuntariamente.

—Faz favor de ler, sr. redactor... Aqui, o *simbolo* de todos os elementos que compõem a *lingua portuguesa*...
 As inflexões são as seguintes, como está vendo: as soantes, com bafos implex e bato vozeado; as insoantes; as labiais, labiodentais, lingo-palataes, lingo-guturais, etc.
 —Etc. etc.—confirmámos, aliás com, regosijo.—é isto o alfabeto...
 —Nato-racional...
 —Rato-nacional. Muito bem...
 —O *estintor* do analfabetismo...
 —Nós vemos...
 —Ora, para lição já basta...
 —Concordamos...
 —Eu voltarei...
 —Estimamos vê-lo—pelas costas...
 —Fico ao seu dispor... Quando queira, Lógico Estoy...
 —Logo estoy...
 A assim findou uma inesperada aula de primeiras letras...

NOTAS & COMENTARIOS

O encanto de uma cidade...
 Se não fossem os inconvenientes que resultam da altitude dos nossos edifícios, as suas medianas só nos causariam riso. Todos os dias chegam ao nosso conhecimento factos que provam de uma maneira iniludível possuímos uma vercação ideal. Vem estas considerações a propósito dum caso ocorrido ontem no Beato e que nos foi narrado da forma seguinte:

Os proprietários da Quinta do Duque de Lajes, sita na calçada do mesmo nome, alagaram parte dessa quinta à Câmara para esta recolher ali o material do serviço de hygiene e o material de incêndios, o que se fez durante uma temporada. Porém ultimamente, por razões que não vêm para o caso, a referida quinta foi vendida à Marinha Militar. E ontem, sem que a Câmara tivesse tomado uma resolução sobre o destino do material que ali se guardava, os novos proprietários da Quinta do Duque de Lajes apoderaram-se do que lhes pertencia obrigando a sair o material do serviço de hygiene e do serviço de incêndio que ali se encontrava, a pesar de ser notória a venda da quinta.

O material de incêndio ainda pôde recolher-se em terrenos pertencentes à fábrica Seixas, à rua do Açúcar. Porém o material do serviço de hygiene, por não ter onde requeijar-se, ficou exposto ao público e aos olhos da população na Calçada do Duque de Lajes e Estrada de Marvila!

E digam-nos agora se não merece a pena viver numa cidade de tão nobres tradições e de tão esplêndida vercação...

publicação semanal. Perante esta inabalável resolução, quedamo-nos todos, nesta excomungada casa, trêmulos e compungidos.

Será verdade?
 Parece que o novo director das Cadeias está na disposição de proibir as visitas aos presos que se encontram na Penitenciária, regalia que passará a ser concedida uma só vez por semana. Não nos queremos vencer da veracidade desta informação—de tal maneira ela se nos afigura absurda. Quando por todos os países civilizados se está encarecendo a clausura dos delinquentes não como um instrumento de desumana tortura, mas apenas como meio de modificar —sem espirito de vingança—o caracter dos indivíduos que se supõe terem prejudicado a colectividade, essa proibição assumiria um caracter de antipática, torturante e inutil vindicta contra pessoas que, pelo facto desventuroso de se encontrarem privadas de liberdade seriam credoras de maior consideração. A proibição das visitas aos presos é um processo de castigo que estaria lógico se fôsse concebido por um familiar do tanto Officio.

Dois simpáticos rapazes
 Germinal de Sousa, filho do nosso camarada Manuel Joaquim de Sousa, e Emídio Santana, ambos delegados do Comité Pré-Presos a uma reunião do Socorro Vermelho para a qual foram convidados, declararam-nos que não estão contentes com uma local publicada no *Boletim do Aludido Socorro*. Que estejam ou não contentes pouco nos interessa visto a Batalha não se ter imiscuído nas discordâncias ou concórdias que ambas as partes existam. Mas como se trata de camaradas diligentes, que desejam o progresso do proletariado, embora por meios que nem sempre nos parecem as mais acertados, duvida alguma temos em nos fazermos eco do seu descontentamento. Dizem, em síntese, que, ao contrário do que referia o *Boletim do Socorro Vermelho*, pelo qual não têm a menor consideração, qualificaram o aludido Socorro de organismo politico; que não reconheceram superior nem útil a sua obra; que o acharam de organização demasiado complicada para a missão a desempenhar. Encontraram ao que parece mais defeitos que, por deficiências de gramática e de sintaxe do seu apreciável comunicado, tornavam a sua opinião um pouco confusa, mas com a qual, a pesar de tudo e para melhor pacificação dos espiritos, nos permitimos humildemente concordar.

A situação de "A Batalha" continua a ser periclitante

A Batalha continua lutando com grandes dificuldades financeiras. Só quem trabalha nesta casa sabe quanto sacrificio tem custado mantê-la de pé. Não nos é possível actualmente torná-la mais interessante, já porque nos falta o dinheiro para ampliar os seus serviços, já porque nem tudo que ao público interessa nos é possível, bem contra a nossa vontade, publicar.

O proletariado deve, entretanto, compreender que a pesar de tudo A Batalha é ainda o seu único baluarte de defesa na imprensa portuguesa.

Esta razão seria bastante para o povo trabalhador num esforço bem

conjugado e grandioso levantar o seu jornal, que leva uma vida amargurada como nunca teve.

Não gostamos muito de lembrar ao operariado o que ele deveria ter sempre bem presente. Mas, não queremos que digam, se succeder algum facto desagradável, que foi por não o termos prevenido que ele se deu.

Hoje, sábado, aconselhamos o povo trabalhador a destinar um pouco da sua fêria, pouco ou muito, mas alguma coisa, para A Batalha ajudando-a a viver honradamente para a defesa da Equidade e de todas as justas regalias dos oprimidos.

Estradas

O sr. Francisco Maria Henriques, um dos engenheiros que representou Portugal no Congresso Internacional das Estradas, concedeu ontem ao jornal A Tarde uma entrevista curiosa a partir da qual se verifica que a Itália é um dos países mais adiantados na construção dos seus caminhos e que estão usando processos de pavimentação que alguns países adiantados, como a Norte America e a Grã Bretanha, hesitam em adoptar e que outros, como a Alemanha, se apressam a imitar. Acêra de Portugal, nesta magna reunião, ter-se-ia lapurado, evidentemente, que as suas estradas são essencialmente montanhosas—o que as torna muito pitorescas e admiradas pelos turistas estrangeiros que nos visitam...

Lamentável discordância
 O nosso camarada Emídio Santana, que é um novo chefo de qualidades tão salientes e apreciáveis que lhe próprio as reconhece, e cujas opiniões nós sempre acatamos como se tombassem dos lábios de um mestre, esteve nos manifestando ainda uma discordância que, basta ser por ele emitida, para ser razoável. Todo o país—que dizemos nós, minúsculos vermes?—todo o mundo operário e intelectual conhece Emídio Santana. Ele não precisa de cartão de identidade para ser reconhecido. As suas faculdades mentais, precoces mas superiores, começaram a manifestar-se não há muitos anos, quando ainda mamava o abençoado leite que o fez medrar e sujava os sagrados coiros que o cingiam. Foi do alto da sua sabedoria de iluminado, de grande predestinado, que Emídio arremessou ao papel de officio a sua última e fulgurante discordância: o suplemento literário da Batalha não deve publicar literatura. Famosa e paradoxal opinião! E como discorda, Santana deixa de ler e assinar a nossa

1.º Congresso dos Operários do Ramo de Alimentação

Nota da comissão organizadora
 Reúniu esta comissão para ultimar os seus trabalhos, assentando definitivamente que o congresso se realize na Associação dos Chufreiros do Sul de Portugal com sede no largo de São Domingos, 11, J. 2.º

Resolveu publicar a nota dos organismos que tomam parte no Congresso; são eles: Sindicatos dos Operários M. de Pão de Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Braga, Póvoa de Varzim, Évora. Empregados de Cafés, Hotéis e Restaurantes, de Lisboa, Coimbra e Funchal;

Profissionais Culinários de Lisboa, Sindicato do Pessoal dos Matadouros Municipais e Anexos, Associação de Classe dos Operários Refinadores de Assucar «Manuais», Associação de Classe dos Artistas Confeiteiro e Artes Correlativas do Porto,

sessões contra a carestia da vida, crise de trabalho e aumento do horário legal, sendo a primeira reunião amanhã, domingo, pelas 10 da manhã, na sede da Associação de Classe dos Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar, à rua Arménia, 34, 2.º; e seguinte, na segunda-feira, pelas 20 horas, no Sindicato Unico Metalúrgico, à rua de Camões, 364, 2.º.

A Comissão, pois, convida o povo trabalhador do Porto a assistir a estas, e outras que se lhes seguirão, reuniões de protesto—excepto se se considerar muito feliz com as roubalheiras mercantilistas de que é escandalosamente vítima. Então...

A Ordem de Trabalhos

Amanhã, 17.—Sessão inaugural, às 16 horas. 1.ª Sessão, às 20 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: Regulamento do Congresso, e projecto de Estatutos e Hygiene nas Cozinhas.

Dia 18.—1.ª Sessão, às 8 horas; Ordem de trabalhos: Instrução e Educação e Constituição dos Sindicatos da Alimentação, Competência profissional na industria de panificação.

2.ª Sessão, às 14 horas; Ordem de trabalhos: Hygiene nas Padarias e locais de venda de Pão; A Introdução da Maquinaria na Industria de Panificação.

3.ª Sessão, às 19 horas; Ordem de trabalhos: Trabalho diurno na Industria de Panificação em Portugal.

Dia 19.—1.ª Sessão, às 9 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: Reclamações dos Empregados de Cafés, Hotéis e Restaurantes e Cumprimento do descanso semanal na Industria Hoteleira.

2.ª Sessão, às 14 horas; Ordem de trabalhos: Parecer sobre crise e horário de trabalho; Relatório Moral da Comissão Organizadora.

3.ª Sessão, às 19 horas; Nomeação da Comissão Executiva da Federação e demais commissões.

Encerramento do Congresso.

O execrando caso da Figueira da Foz

A manifesta parcialidade das autoridades locais e a inanidade da "Justiça" burguesa
 COIMBRA, 14.—Foi este o único jornal que se occupou da tenebrosa occorrença da Figueira da Foz, de que foi vítima a menor de 16 anos, Margarida de Moura, filha do *cheufoeur* Bento Luís de Moura, residente com sua familia naquela cidade.

Tem sido este jornal o unico que tem preparado dasvendur os negros bastidores da ignóbil tragédia, que foi posta em scena no jardim da casa do sr. Fernando Mendes, gerente da sucursal do Banco Nacional Ultramarino na Figueira da Foz.

Toda a restante imprensa, a imprensa burguesa, que tem seus interesses umbilicalmente ligados aos interesses dos dominadores, essa imprensa que vive de e para incensar os bem amesadados na lauta boda social—farejando a interferencia de altos triunfos na negra occorrença, calou-se, com o justificado receio de pôr ao léo a antipática fisionomia moral de certos senhores, que a trazem sempre oculta sob a máscara da honradez.

Estamos certos de que A Batalha, órgão do Povo, cumpriu, uma vez mais, o seu dever, espelhando privilégios e provocando, embora, contra si, o luzilizar de ódios vengos e medonhos.

Contra o que muita gente talvez suponha, não esperamos que a campanha, que sobre este caso vimos mantendo, tenha o condão de fazer com que se abram as portas da Penitenciária, para dar entrada aos responsáveis pela pratica do repelente e covarde atentado.

Não. Não é esse o intuito da nossa campanha.

Libertários, desiludidos há muito da efficacia das leis, descrentes do poder terapêutico do Código, não pedimos para ninguém, nem para aquele que mais se haja apegado ao pântano do crime, os rigores da Lei.

Discordantes, por ideologia, dos processos que a sociedade burguesa adopta, como medida profiláctica contra o crime; defensores de métodos mais scientificos de regeneração social, e possuidores duma concepção mais racional da génese do crime: nós não poderíamos, sem abdicar das nossas opiniões, pedir para alguém—a prisão, a cadeia.

Além de que sabemos que as leis constituem-se não pela consistência das de aranha: se nela caí uma mosca—um pelintra,—fica lá presa; uma pedra—um poderoso—atravessá-la há e escapa-se-lhe...

Os nossos objectivos são outros: desmascarar certos tartufos que usam vestir-se de Catões e emprestam sem desinteressado concurso às louváveis campanhas *pró-salvação das raparigas* e quejadas larchas... apontando-os ao Povo incauto, em toda a sua nudez, para que ele defenda as filhas contra os appetes sádicos de maríotides; e mostrar ao público a parcialidade das autoridades figueirenses, que resalta de todos os factos apontados, no decorrer desta campanha, pelas criaturas que têm deposito nas columnas deste jornal.

Quanto à primeira parte dos nossos propósitos, enquanto nos não demonstrarem o contrário, manteremos a convicção de que deixámos sobejamente esclarecido o público para que ele não tenha grande dificuldade em indicar os verdadeiros autores da escura farsa de que surfu vítima uma menor. Contra eles, acumulamos um acervo de circumstancias comprometedoras. Por nossa parte, não hesitamos em apontá-los.

Com respeito à segunda parte, não deverá restar duvidas a ninguém acerca da parcialidade das autoridades da Figueira. A confirmar a nossa accusação, estão os seguintes factos:

A morosidade com que tem decorrido as investigações e o desprezo a que foram votadas; as palavras que o agente da policia, Fernandes, pronunciou perante os pais da vítima: *Eu punha o caso a claro, mas me deixei trabalhar*; a attitude do administrador, prendendo a mãe da vítima, por ela repudiar a explicação logica daquelle autoridade; enquanto consente que continue gozando o az puro da liberdade, um individuo sobre quem pesam graves accusações; e demora das autoridades que procederam ao exame medico-legal à rapariga, em dar a conhecer ao público os resultados desse exame; e por último, o interesse revelado pelo agente Fernandes em descobrir (l) o autor desta campanha, para o que andou a farejar por todos os quiosques da Figueira, onde estava à venda este jornal, cujos exemplares, segundo nos informam, tentou arbitrariamente apreender.

Tudo isto coloca muito mal, perante o público, as autoridades da Figueira da Foz que neste assunto têm superintendido.

Repetimos: não nos move o desejo de levar à cadeia aqueles que a opinião pública e uma série de factos apontam como auto-